



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ata da Audiência Pública para estudos dos Projetos de Lei: nº 037/2020, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2021, e dá outras providências e nº 038/2020, que estima a receita e fixa a despesa do município, do serviço de água e esgoto – SAE e do Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2021, em cumprimento ao disposto no art. 48 da lei de responsabilidade fiscal (lei nº 101, de 04 de maio de 2000), convocada através do Edital de Convocação nº 014/2020, datado de 18 de novembro de 2020, realizada no dia dois de dezembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta Cidade. Presidente Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo. Vice-Presidente Sra. Cássia Murer Montagner. Secretários Srs. Afonso Lopes da Silva e Cristiano José Cecon. Presentes na Câmara Municipal os Srs. Vereadores: Cássia Murer Montagner, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Romilson Nascimento Silva e Walter Luís Tozzi de Camargo. Presente remotamente o Sr. Afonso Lopes da Silva. Deixaram de comparecer os Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, Rodrigo da Silva Blanco e Taís Camellini Esteves. Presente, também, a Sra. Elisanita Aparecida de Moraes, Secretária Municipal de Administração e Finanças e a Sra. Daiane Fernanda Ferreira, Diretora de Planejamento da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, convidadas, especialmente, para fazerem as explanações a respeito dos Projetos de Lei em estudos, sendo que as mesmas fizeram parte da Mesa. Inclusive com estas autoridades, estavam presentes na Sala das Sessões, aproximadamente, quinze pessoas, conforme consta de Lista de Presença anexada ao Processo. O número de presentes veio de encontro ao Art. 2º, § 2º, inciso X da Portaria nº 052/2020, que institui o Plano para flexibilização da Quarentena de contenção da disseminação da COVID-19, no âmbito da Câmara Municipal de Jaguariúna, que determinada que na Sala das Sessões pode permanecer até vinte e cinco pessoas. O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Walter Luís Tozzi de Camargo, fez a abertura da audiência pública para estudos dos Projetos de Lei: nº 037/2020, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2021, e dá outras providências e nº 038/2020, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município, do Serviço de Água e Esgoto – SAE e o Fundo Especial de Previdência Social dos Servidores Públicos – RPPS, para o exercício de 2021, em cumprimento ao disposto no art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (lei nº 101, de 04 de maio de 2000), realizada aos dois de dezembro de dois mil e vinte, na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Jaguariúna, dizendo que, naquele momento, dava abertura oficial da Audiência Pública e passou os trabalhos para a Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereadora Cássia Murer Montagner; a Sra.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Presidente da Comissão Permanente de Finanças cumprimentou a todas e a todos, dizendo que o Presidente da Câmara já tinha feito a abertura e, naquele momento, ela destacou a presença da Secretária Elisanita Aparecida de Moraes, que estava presente ali na Câmara que iria proceder a realização da referida audiência e a convidou para se assentar à mesa; a Sra. Elisanita Aparecida de Moraes, Secretária Municipal de Administração e Finanças, cumprimentou a todos, dizendo que era uma satisfação estarem, mais uma vez, naquela Casa de Leis para eles apresentarem a audiência pública da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento de dois mil e vinte e um, e que, naquele dia, eles iriam apresentar todo o planejamento das Receitas e Despesas para o exercício de dois mil e vinte e um e, para fazer a apresentação, ela contou com a colaboração da Diretora de Orçamento e Planejamento, que era a Daiane Fernanda Ferreira; tomando a palavra a Sra. Daiane Fernanda Ferreira cumprimentou a todos dizendo que iria dar início, então, e que a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias de dois mil e vinte e um, e falou das obrigações legais da Audiência Pública: transparência, controle e fiscalização, e que se encontrava no artigo quarenta e oito da Lei Complementar cento e um, que era a Lei de Responsabilidade Fiscal, e de Gestão Orçamentária Participativa, artigo quarenta e quatro da Lei Federal dez mil, duzentos e cinquenta e sete de dois mil e um; disse sobre a fundamentação legal da LDO que era obrigação do Poder Executivo, artigo um meia cinco, inciso segundo da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município de Jaguariúna e Lei de Responsabilidade Fiscal, cento e um de dois mil; disse que a Lei de Diretrizes Orçamentárias era um instrumento de planejamento operacional anual, estabelecia as diretrizes e critérios para a elaboração da Lei Orçamentária anual - LOA, definia as metas e prioridades para inclusão no orçamento; disse do Objetivo macro da LDO: era a transparência no processo da elaboração do orçamento anual – LOA e a participação concreta do Parlamento na condução das finanças públicas; disse que a Lei de Diretrizes Orçamentárias compreendia, de acordo com a Constituição de oitenta e oito, as metas e prioridades da Administração, Orientação para elaboração do Orçamento, LOA, regramento para alterações na legislação tributária e despesas com pessoal, e de acordo com a LRF, a Lei de Responsabilidade Fiscal, ela compreenderia o equilíbrio das Contas Públicas, condições para transferências de recursos às entidades públicas e privadas, metas fiscais anuais e relativas à Receitas e Despesas e outros resultados das contas públicas; a seguir falou sobre a LOA – Lei Orçamentária Anual; Fundamentação legal da LOA: era uma obrigação do Poder Executivo, artigo um meia cinco, inciso terceiro da Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município de Jaguariúna e a Lei de Responsabilidade Fiscal, cento e um de dois mil; disse que a LOA, Lei Orçamentária Anual, era um projeto de lei orçamentária anual, onde o governo definia as prioridades contidas no PPA, e as metas que deveriam ser atingidas naquele ano; disse que a LOA disciplinava todas as ações do Governo Municipal e nenhuma despesa pública podia ser executada fora



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



do orçamento; era o cálculo onde se estimava a Receita e fixava a Despesa do Município, ou seja, tudo o que a Prefeitura arrecadava e gastava durante o ano; disse que a Prefeitura elaborava o orçamento e o enviava para a aprovação na Câmara de Vereadores; a seguir disse que iriam entrar nos valores da previsão orçamentária, e mostrou o quadro Receitas Previstas: Receitas Correntes, quatrocentos e sessenta e quatro milhões, novecentos e sessenta e cinco mil e cinquenta reais; Receitas de Capital: onze milhões, quinhentos e trinta e quatro e novecentos e cinquenta reais; totalizando: quatrocentos e setenta e seis milhões e quinhentos mil; no próximo quadro falava das Receitas Previstas por órgãos: para a Prefeitura, quatrocentos e dezenove milhões, duzentos e trinta e oito mil; o Fundo de Previdência: cinquenta e sete milhões, duzentos e sessenta e um mil; o SAE, mil reais, totalizando quatrocentos e setenta e seis milhões e quinhentos; o próximo quadro falava da Discriminação da Receita da Prefeitura: Impostos, taxas e contribuição de melhoria: oitenta e cinco milhões, duzentos e oito mil e cem; Contribuições: três milhões e oitocentos; Receita Patrimonial: quatrocentos e dois mil; Receita Industrial: oitenta e dois mil e quinhentos; Receita de Serviços: treze milhões, e noventa e nove mil; Transferências Correntes: trezentos e cinquenta e um milhões, oitocentos e dezoito mil, quatrocentos e cinquenta; Outras Receitas Correntes: dez milhões, cento e treze mil; Dedução do FUNDEB, cinquenta e seis milhões, oitocentos e vinte mil; Operações de Crédito, três milhões; Alienações de Bens, dois milhões e trezentos; as Transferências de Capital: seis milhões, duzentos e trinta e quatro e novecentos e cinquenta; totalizando: quatrocentos e dezenove milhões, duzentos e trinta e oito mil da Receita da Prefeitura; a seguir falou que o Fundo de Previdência ficou em nove milhões, quinhentos e um de contribuições; a Receita Patrimonial: vinte e cinco milhões e duzentos; Contribuição Intra, vinte e dois milhões, quinhentos e sessenta mil, totalizando cinquenta e sete milhões, duzentos e sessenta e um; o SAE ficou mil reais para receitas de serviços; consolidando tinham: Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria: oitenta e cinco milhões, duzentos e oito e cem; Contribuições: treze milhões trezentos e um; Receita Patrimonial: vinte e cinco milhões e seiscentos e dois; Receita Industrial: oitenta e dois mil e quinhentos; Receita de Serviço: treze milhões e cem; Transferências Correntes, trezentos e cinquenta e um milhões, oitocentos e dezoito mil e quatrocentos e cinquenta; Outras Receitas Correntes, dez milhões, cento e treze mil; Deduções do FUNDEB, cinquenta e seis milhões, oitocentos e vinte mil; Operações de Crédito, três milhões; Alienações de Bens, dois milhões e trezentos; Transferências de Capital: seis milhões, duzentos e trinta e quatro mil, novecentos e cinquenta; Receita Intra-Orçamentárias: vinte e dois milhões, quinhentos e sessenta mil, totalizando quatrocentos e setenta e seis milhões e quinhentos; a seguir, falou das Despesas Previstas: Despesas Correntes ficou em quatrocentos milhões, duzentos e quatro e oitocentos; Despesas de Capital: vinte e seis milhões, setecentos e quarenta e sete e duzentos; Reserva de Contingência: quarenta e nove milhões, quinhentos e quarenta e oito, totalizando



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



quatrocentos e setenta e seis milhões e quinhentos; a seguir falou das Despesas da Previdência: Despesas Correntes: nove milhões, setecentos e treze mil; Reserva de Contingência: quarenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, totalizando cinquenta e sete milhões, duzentos e sessenta e um mil; a seguir, falou da Despesa com a Câmara que ficou no total de cinco milhões, oitocentos e oitenta mil; as Despesas Previstas por Órgão: a Prefeitura ficou em quatrocentos e treze milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, o Fundo de Previdência: cinquenta e sete mil, duzentos e sessenta e um, o SAE, mil reais; a Câmara: cinco milhões oitocentos e oitenta mil, totalizando quatrocentos e setenta e seis milhões e quinhentos; a Despesa da Prefeitura por Secretaria disse que: a Secretaria de Gabinete, cinco milhões, quinhentos e oitenta e setecentos; Secretaria de Governo, seis milhões, duzentos e vinte e seis e quatrocentos; Secretaria de Administração e Finanças, trinta e quatro milhões seiscentos e quarenta e quatro e setecentos; Controladoria Geral do Município, duzentos e quarenta e nove, trezentos e cinquenta; Secretaria de Negócios Jurídicos, quinze milhões oitocentos e oitenta e oito e setecentos; Secretaria de Assistência Social, treze milhões, trezentos e oitenta e oito e quatrocentos; Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, um milhão duzentos e cinquenta e seis e sessenta; Secretaria de Educação, cento e vinte e um milhões, duzentos e setenta; Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, cinco milhões seiscentos e dezessete; Secretaria de Meio Ambiente, vinte e quatro milhões e sete e quatrocentos; Secretaria de Obras e Serviços, trinta e um milhões cento e cinquenta e dois mil e seiscentos e cinquenta; Secretaria de Planejamento Urbano, quatro milhões, setecentos e sessenta e setecentos; Secretaria de Saúde, cento e quinze milhões quatrocentos e três, quatrocentos e quarenta; Secretaria de Turismo e Cultura, seis milhões, setenta e oito e oitocentos; Secretaria Municipal de Segurança Pública, dezoito milhões novecentos e noventa e quatro; Secretaria de Mobilidade Urbana, oito milhões setecentos e sessenta e nove e setecentos, totalizando quatrocentos e treze milhões, trezentos e cinquenta e oito mil; Obras e Investimentos: falou que da Câmara tinham Equipamentos e Material Permanente no valor de setenta mil, com recurso próprio; na Secretaria de Assistência Social tinha construção, reforma e ampliação dos próprios municipais no valor de cinquenta mil e cem, sendo cem reais de recursos próprios e cinquenta mil reais de repasse; aquisição de veículos sessenta e um mil, sendo sessenta e um de convênio, o total do convênio, aquisição de Van no valor de duzentos e cinquenta e nove mil e seiscentos, sendo cento e dezenove mil e seiscentos de recurso próprio e cento e quarenta mil de convênio; aquisição de computadores e notebook cento e setenta e cinco e quatrocentos, sendo vinte e cinco mil e quatrocentos de contrapartida e cento e cinquenta de convênio; na Secretaria de Educação tinha cem mil reais de construção, reforma e ampliação dos próprios do Ensino Fundamental, sendo noventa e nove mil de recurso próprio e mil reais de repasse; equipamentos e materiais permanente cinquenta mil de recurso próprio; equipamento e materiais da Educação Infantil cento e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



cinquenta mil de recurso próprio; construção e reforma e ampliação dos próprios municipais da Educação Infantil: duzentos mil de recurso próprio; Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer: academia ao ar livre, quarenta mil de convênio; construção, recurso e modernização da infra estrutura esportiva, dez mil de recurso próprio; Secretaria de Meio Ambiente: construção, reforma e ampliação dos próprios da água: um milhão de recurso próprio; construção e reforma dos próprios municipais do esgoto: novecentos mil de recurso próprio; Equipamentos e Materiais Permanentes da Água: cinquenta mil de recurso próprio; Equipamentos e Materiais Permanentes de Esgoto: cinquenta mil de recurso próprio; FEHIDRO: o projeto executivo de esgotamento sanitário, duzentos e setenta e oito e oitocentos, total, sendo sessenta mil de recurso próprio e duzentos e dezoito e oitocentos de convênio; FINISA, ampliação da ETA, um milhão; Melhorias domiciliares, fossas biodigestivas do FUNASA, duzentos e cinquenta e um e quinhentos, mil e quinhentos de recurso próprio e duzentos e quarenta de convênio; Equipamentos e Materiais Permanentes, trezentos e quarenta mil de recurso próprio; Aquisição de caminhão, trezentos e cinquenta e seis e setecentos, sendo quarenta e cinco e quatrocentos de recurso próprio e trezentos e onze e trezentos de convênio; Secretaria de Obras e Serviços, construção, reforma e ampliação e revitalização de praças, parques e jardins, total: quatrocentos e setenta e quinhentos, sendo duzentos mil, fonte um, e duzentos e setenta e quinhentos de convênio; Obras de pavimentação asfáltica e recapeamento: um milhão de recurso próprio; Equipamentos e Material Permanente, quatrocentos mil de recurso próprio; Recapeamento Berlim e Nova Jaguariúna, quatrocentos e oitenta e seis cento e cinquenta, cinco mil de recurso próprio, quatrocentos e oitenta e um e cinquenta de convênio; recapeamento da Avenida Bon-Netto parte um, quinhentos e quarenta e um e quatrocentos, sendo quarenta e um e quatrocentos de recurso próprio e quinhentos mil de convênio; recapeamento da Avenida Bon-Netto parte dois, total: trezentos e sessenta e um e seiscentos, sendo setenta e nove e cem de recurso próprio e duzentos e oitenta e seis e quinhentos de convênio; recapeamento da Rua Maranhão, quatrocentos e dois e novecentos, cento e dois e novecentos de recurso próprio e trezentos mil de convênio; pavimentação asfáltica do trevo de acesso da estrada Duas Marias, setecentos e setenta e sete e quatrocentos, dez mil de recurso próprio, setecentos e sessenta e sete de convênio; FINISA e iluminação pública, um milhão e quinhentos, cobertura metálica do transbordo da FUNASA, duzentos e oitenta e seis e novecentos de convênio, lâmpadas leds, Parque Serra Dourada e Praça Umbelina Bueno, cento e cinco mil, sendo cinco mil de recurso próprio e cem mil de convênio; construção do Paço Municipal um milhão de recurso próprio; Secretaria de Planejamento Urbano tinha aquisição de imóvel para construção de habitação popular, dez mil reais, construção e reforma e ampliação dos próprios municipais, dois milhões; Secretaria de Saúde, construção, ampliação, reforma e reparos de serviços de saúde, cinquenta mil e cinquenta, cinquenta mil de fonte um e cinquenta



Câmara Municipal de Jaguarina

Estado de São Paulo



reais de repasse; projeto Construindo um Novo Tempo das cidades sustentáveis cem mil reais de recurso próprio; Equipamentos e Materiais permanentes cem mil e cem reais, cem mil de recurso próprio e cem reais de repasse; construção da UBS Vargeão e Santo Antonio do Jardim, setecentos e vinte e três e duzentos, vinte e três mil e duzentos de recurso próprio e setecentos reais de convênio; Secretaria de Turismo e Cultura, reforma e revitalização e modernização dos espaços culturais e turísticos cinquenta mil de recurso próprio; construção do centro de eventos setecentos e vinte e oito e trezentos, sendo sete mil e trezentos de recurso próprio e setecentos e vinte e um de recursos de convênio; Secretaria de Mobilidade Urbana, equipamentos e materiais permanentes, cem mil de recursos próprios; Movimento Paulista de Segurança Diária, cento e vinte e duzentos de convênio; construção do terminal rodoviário, um milhão de convênio; FINISA ciclovia duzentos mil; FINISA passarela, trezentos mil; Secretaria Municipal de Segurança Pública, equipamentos e material permanente da Defesa Civil, trinta mil de recurso próprio; Equipamento e material permanente da Guarda Municipal, cento e cinquenta mil de recurso próprio; comentou que a dívida fundada prevista para pagamentos no exercício de dois mil e vinte e um ficou em treze milhões trezentos e quarenta e cinco mil de precatório e com fornecedores, nove milhões, quinhentos e noventa e cinco e oitocentos, totalizando vinte e dois milhões, novecentos e quarenta e oitocentos; gasto com a Educação; Receita de Impostos, trezentos e cinquenta e cinco, novecentos e sessenta e cinco milhões, a aplicação obrigatória seria em oitenta e oito milhões, novecentos e noventa e um, duzentos e cinquenta e ficou cinquenta e cinco milhões, seiscentos e um; a retenção do FUNDEB cinquenta e seis milhões oitocentos e vinte e auxílios da Educação, oito milhões oitocentos e quarenta e nove mil, totalizando na Secretaria de Educação, oito milhões oitocentos e quarenta e nove mil, totalizando na Secretaria de Educação cento e vinte e um milhões e setenta, um percentual aplicado de trinta e um vírgula cinquenta e oito; o valor aplicado a maior era de vinte e três milhões, quatrocentos e vinte e nove, setecentos e cinquenta e o percentual de seis vírgula cinquenta e oito por cento; disse, ainda, que a Receita Prevista do FUNDEB ficou em quarenta e cinco milhões e dez mil, e a aplicação mínima obrigatória do FUNDEB, vinte e sete milhões e seis; a Despesa Prevista no Magistério ficou em quarenta e cinco milhões e dez, cem por cento aplicado no FUNDEB sessenta por cento; a Receita de Impostos com a Saúde, trezentos e sessenta e cinco milhões novecentos e sessenta e cinco mil; aplicação obrigatória, os quinze por cento, seriam cinquenta e três milhões e trezentos e noventa e quatro setecentos e cinquenta e deixaram cento e seis milhões, setecentos e noventa, quatrocentos e noventa; Auxílios da Saúde, oito milhões seiscentos e oitenta e dois, novecentos e cinquenta, totalizando cento e quinze milhões, quatrocentos e sessenta e três, quatrocentos e quarenta, trinta por cento aplicado, percentual deixado para a Saúde; sessenta e dois milhões, setenta e oito mil e seiscentos e noventa a maior, em percentual a maior, dezessete vírgula quarenta e três por cento;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



gasto com o Hospital Municipal: no Hospital trinta e três milhões, trezentos mil e cinquenta reais; a UPA, doze milhões; o Ambulatório de Especialidade, dezessete milhões, setecentos mil e dez reais, totalizando, sessenta e três milhões e sessenta reais; Despesa com Pessoal: a Receita Corrente Líquida ficou em quatrocentos e trinta e dois milhões, novecentos e quatro e cinquenta; Pessoal e Encargo Sociais, cento e dezessete milhões, trinta e um mil cento e noventa reais; percentual aplicado, quarenta vírgula oitenta e nove por cento, e agradeceu a todos. A seguir, a Sra. Presidente agradeceu à Secretária, a Daiane e perguntou à Secretária se ela poderia permanecer ali, a Secretária respondeu que sim, e que responderia por ali. A Sra. Presidente registrou a presença do Vereador José Muniz, e disse que iam abrir para as perguntas; informou que os Vereadores poderiam usar a palavra por cinco minutos, e perguntou se havia algum Vereador remoto, e lhe foi informado que o Vereador Silva estava, e perguntou ao Silva se ele estava bem, e ele não ouviu, e disse que assim que ele retornasse falariam com ele, lhe foi informado que havia o e-mail, também, e informou o e-mail: imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br, e disse que quem quisesse participar pelo e-mail, ficasse a vontade, e o Vladi passaria para eles, perguntou se entre os Vereadores presente alguém gostaria de falar; pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que cumprimentou a todos e perguntou em relação aos investimentos se poderiam lhe passar o número de novo; a Sra. Elisanita Aparecida de Moraes respondeu que o investimento totalizou dezoito milhões trezentos e setenta e nove mil e oitocentos reais, sendo oito milhões seiscentos e quatro e novecentos de recurso do tesouro e nove milhões setecentos e sessenta e quatro e novecentos de recurso estadual, federal e de operação de crédito; o Sr. Luiz Carlos de Campos disse que era em relação àquilo que ele queria fazer uma colocação; comentou que Jaguariúna, o que sempre foi dito, fazia investimento bastante alto em relação em próprios, investimentos ali no município, com recursos próprios, e que viam um percentual muito baixo; a Sra. Elisanita Moraes respondeu que, na realidade, o que aconteceu foi que, em meio à pandemia, por exemplo, a previsão orçamentária no exercício dois mil e vinte era quatrocentos e dez milhões da Prefeitura e tinham mais quatorze milhões do SAE, iam chegar a uma arrecadação de quatrocentos milhões e se podia ver que para o exercício dois mil e vinte e um, eles não aumentaram muito, porque tinham coisas ainda inconstantes, não sabiam exatamente o que iria acontecer; disse ao Sr. Luiz Carlos que poderia ver, que ele acompanhava detalhadamente a Receita, que foi feita bem pé no chão, então, ela não poderia criar muitas despesas e achava importante falar; o Sr. Luiz Carlos de Campos disse que sabia, mas que o município tinha que rever também a suas despesas, no geral, para que conseguisse fazer mais investimentos com recursos próprios; a Sra. Elisanita disse que o município reviu todas as despesas, tanto era que na região... a Sra. Presidente interrompeu dizendo para organizarem, e pediu para o Vereador Luiz Carlos completar; o Sr. Luís Carlos de Campos disse que não era nem uma pergunta, só uma constatação, que

7 M. S.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



157

sabiam que, antigamente, Jaguariúna conseguia fazer investimento, achava que ali boa parte ali, já ouviu do ex prefeito Tarcisio, que sempre falava: um terço para manter, um terço pro...e um terço para crescimento do Município, e viram naqueles anos ali, anos passado que o município construir muitas coisas com recursos próprios, não ter aquela dependência que o município tinha... A Sra. Elisanita disse que, inclusive, buscando muitos recursos naqueles últimos quatro anos; o Sr. Luiz Carlos disse que, então, era uma constatação e achava que o Município tinha que rever suas despesas para ver se conseguia investimentos com recursos próprios, porque ficava sempre naquela dependência de recurso estadual, recurso federal, que viram que investimentos com recursos de outras fontes que não própria, era maior, e afirmou que era uma constatação e não uma pergunta, agradeceu e desejou boa noite. A Sra. Presidente agradeceu ao Vereador e devolveu a palavra à Secretária Elisanita Aparecida de Moraes que respondeu que, na realidade, eles já tinham revistos todas as despesas do município, e todos os contratos, e que inclusive, na região, eram o único município equilibrado financeiramente, e que, naquela sexta feira próxima, estariam pagando, por determinação do Prefeito, a segunda parte do décimo terceiro, e no dia dezoito de dezembro iam pagar a folha de pagamento de dezembro, as férias dos professores iam pagar também, em dezembro, eram nota "A" no Tesouro Nacional, achava que aquilo não tinha dúvida e, em relação aos recursos, viam a receita corrente de quatrocentos e poucos milhões, só que dentro daquela receita corrente tinham todo o repasse que era da merenda, do FUNDEB, repasse do transporte, repasse do Fundo de Assistência Social, do Fundo de Saúde e que não podiam ser utilizados, porque eles tinham suas vinculações e ela não poderia utilizá-los. realmente, em questão de investimentos, informou que o investimento para dois mil e vinte e um tinha uma parte grande na Obras e segundo lugar ele vinha com a questão da água que era uma solicitação da população, uma determinação do Prefeito; na parte do Planejamento onde falava construção de próprios municipais, eram a questão das casa populares, que foram deixados dois milhões, então, era aquilo, Jaguariúna estava totalmente equilibrada, quando falavam em percentual, a Lei determinava o percentual de Despesa de Pessoal, então, ela fazia o cálculo baseado naquilo que entrava, só que por exemplo, tinham dez milhões de auxílio alimentação que não entrava no cálculo de despesa com pessoal, então, tudo aquilo tinha de ser computado, e que eles fizeram, naqueles últimos anos, um ótimo trabalho, o município estava equilibrado e a tendência era, tendência não, ele ia ficar daquela maneira por determinação do Prefeito, já tinha falado algumas coisas de gestão e que, realmente, faziam gestão em todos os contratos e todas as despesas e óbvio que, entrando recursos a mais, que era um ano incerto ainda, iam arrecadar, naquele ano, praticamente vinte e cinco milhões a menos, por conta da pandemia e estava vindo uma segunda onda, então, não sabiam o que iria acontecer; disse que ela não podia subestimar a Receita como se fazia antigamente, para colocar a

W.B.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Despesa, então, o orçamento estava bem pé no chão se eles analisassem; o Sr. Luiz Carlos de Campos disse que estava certo, que tinha que ser assim, tinha que ser o que de fato iria arrecadar, mas não havia, porque na Câmara eles já fizeram emendas reduzindo orçamento, quando tinha aquilo superestimado, a Câmara já tinha chegado a fazer ali a redução, e que o que a Câmara fez ficou bem perto da arrecadação e depois o Município já passara, porque tinha aquela cultura de fazer um orçamento superestimado, mas que tinha que fazer daquela forma mesmo. A Sra. Elisanita Moraes disse que trabalhavam de acordo com a legislação. A Sra. Presidente disse que estava ótimo e perguntou se tinha mais algum Vereador que gostaria de usar a palavra; a seguir pediu a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que gostaria de fazer algumas colocações, primeiramente, ele desejou boa noite à Secretária, à Presidente da Comissão, à Daiane e demais Vereadores presentes e todos que acompanhavam, tanto pelas redes sociais como presencialmente lá na Câmara Municipal; disse que era uma matéria importante estar discutindo e sempre acompanhar a saúde financeira do Município e como já vinham fazendo ao longo de todo o mandato e, agora já estavam preparando para o próximo ano; ele queria, primeiro parabenizar a Secretária e toda a sua equipe pela nota "A" mesmo no Tesouro Nacional e todo o trabalho que foi feito ao longo daquele ano difícil, um ano árduo para todo mundo e com a pandemia os efeitos deletérios que ela deixava na economia, principalmente, e eles conseguiram conduzir de uma maneira muito eficiente; então, ele queria, primeiramente parabenizá-los; disse ainda que gostaria de fazer duas colocações e que a primeira seria em relação à água que foi muito bem colocada pela Secretária e era, realmente, um clamor da cidade de Jaguariúna, todo mundo tinha uma atenção especial pela dificuldade, que tinham os recursos hídricos e que precisavam de investimentos naquela área; sabiam que foi feito um empréstimo naquela Casa, exatamente, para ser colocado naquele setor e ele queria, primeiramente, perguntar como estava com aquele investimento, em que fase estavam daquela ampliação de tratamento de água e ele tinha notado que foram disponibilizados um milhão, que estava na tela; um milhão para ampliação, construção reforma e ampliação na questão da água e mais novecentos mil reais na questão do esgoto e ele só queria algumas considerações a respeito daqueles investimentos e, também saber o andamento atual e que depois faria a segunda pergunta, disse à Presidente, logo na sequência; com a palavra a Secretária Elisanita Moraes dizendo que, em relação à água, realmente, era a prioridade do Governo, era a prioridade deles investir, a parte da primeira etapa da construção da ETA se não falhasse a memória dela foi por aqueles dias a abertura do processo porque era assim: fazia um levantamento, um cronograma de todo o custo, daí ia para a licitação, daí entrava um licitante, daí era impugnado o negócio e voltava, então, realmente, ele atrasou um pouco; graças a Deus os problemas de água foram amenizados mas, realmente, agora abriu a licitação para primeira fase da ETA, seria concluída; em relação aos Recursos na questão da... porque foi deixado



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



dentro do Orçamento e que alguns Recursos eram vinculados do FEHIDRO, da FUNASA e que outros Recursos deixaram livres para, realmente, eles locarem Recursos lá para que a própria Secretaria visse, realmente, a prioridade de investimento; a Sra. Secretária lembrou, ainda, que iriam fechar a Prefeitura dia dezoito e como ela falou, todos os fornecedores, eles estavam adiantando o pagamento, então, todos os fornecedores que iriam vencer até quatro de janeiro iriam estar pagando, por determinação do Prefeito até dia dezoito; então, o que arrecadar após o dia dezoito iria permanecer em caixa e que estavam realmente tranquilos e daí iriam ver, realmente, o investimento com o Recurso que iria estar... não estaria sobrando, mas iria estar para aguentar uma segunda onda da pandemia; ela disse que era importante o que o Presidente falou, só que era assim, esse ano foi bem difícil mesmo, tinham um Hospital Municipal, fizeram um aditamento com o Hospital, já de doze milhões, então, não era pouco o Recurso, desde de que começou a pandemia; disse que foram repassados doze milhões para o Hospital e desses doze milhões a maioria, óbvio, foram de recursos próprios e iriam ver quando fosse o fechamento do exercício, o percentual aplicado de investimento em Saúde, foi um ano difícil, mas ela achava que o próximo ano, e que fizeram bem pé no chão aquilo e que depois iriam locar os recursos que estariam e que ficariam no caixa para, realmente, investir nas áreas prioritárias determinadas pelo Prefeito porque não iriam ter, de Restos a Pagar, era previsto só, realmente, a JaguarPrev, a parte de dezembro, porque a parte do décimo terceiro estariam recolhendo até dia dezoito; agradeceu; pediu novamente a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que gostaria de fazer o segundo questionamento a respeito do próximo ano onde estariam nas dificuldades orçamentárias, ele queria saber sobre a questão do dissídio do servidor público, qual o planejamento que tinham até o momento e as estimativas percentuais, se poderia fazê-las naquele momento e, se era o momento mais adequado mas, ele gostaria que ela discorresse um pouco mais aquela questão; a Sra. Secretária de Administração e Finanças disse que o Prefeito tinha o maior respeito pelo funcionário público e sempre determinou que o funcionário público fosse prioridade no Governo e, diante daquilo previu, óbvio, um valor dentro do Orçamento e que a Data Base era março e que no ano passado transcorreu tudo muito tranquilo em relação ao Sindicato, ela não iria falar em percentual, mas iriam...as negociações logo no início do ano, elas iriam acontecer e eles queriam, realmente, adiantar inclusive, por eles terem adiantado este ano a negociação com o sindicato, foi possível dar um reajuste e no meio daquilo veio a pandemia e não se podia mais falar em reajuste, era um ano político, então, realmente, o funcionalismo público era prioridade, deram o reajuste acima da inflação nesse ano e aumentaram, também, a questão do vale alimentação e a negociação do Sindicato, chegaram num acordo e que foi bem tranquilo e ela acreditava que dois mil e vinte e um também seria bem tranquilo; naquele momento, a Sra. Presidente da Comissão de Orçamento perguntou ao Vereador se gostaria de fazer mais alguma pergunta e ele



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



disse que não, e que só queria agradecer as respostas e a oportunidade e caso houvesse outra dúvida dentro do seu prazo regimental, ele faria; naquele momento, a Secretária da Comissão, Cássia Murer Montagner, anunciou a presença do Vereador Romilson Nascimento Silva que perguntou ao mesmo se gostaria de fazer uso da palavra; não havendo manifestação, perguntou se tinha alguma pergunta por e-mail e não havendo, disse que o público poderia perguntar também, naquele momento, perguntou ao pessoal da equipe se havia alguém inscrito, não havendo, pediu a palavra o Vereador Luiz Carlos de Campos dizendo que tiveram no ano de dois mil e vinte, em relação à Reforma da Previdência e até a Câmara aprovou uma emenda à Lei Orgânica, porquê precisava da revisão da alíquota do Regime Próprio, daí ele perguntou em relação à alíquota se já estava previsto no Orçamento do Regime de Previdência também, como estava aquele estudo em relação aquilo, ele não sabia se...; a Sra. Secretária Elisanita Moraes disse que a lei teria que vir para a Câmara naquele exercício para ser votada; agora ela não conseguia dizer para ele, Vereador, se eles previram aquilo dentro do Regime de Previdência porque a parte orçamentária, realmente, era feita por eles, só passavam as informações e ela consolidava dentro do Orçamento do Município, então, aquela resposta ela ficaria devendo, mas poderia trazer e que ela iria anotar lá; voltando a fala ao Vereador Luiz Carlos de Campos, este disse que, pelo que foi estudado por eles quando chegou aquela alteração na Lei Orgânica do Município para que fosse feita Audiência Pública, em relação às alíquotas, que se o Município, em regra Federal, não fizesse aquela revisão, afetava em relação às alterações de crédito, aquele tipo de coisa, ele não sabia; naquele momento, a Secretária disse que iria pegar o posicionamento daquele andamento com o doutor Fabiano que era do Jurídico e iria estar encaminhando para a Casa; o Sr. Luiz Carlos de Campos disse que estava bom; e a Secretária de Finanças disse que achava importante falar que, dentro da Reforma da Previdência já estava pagando o auxílio doença que já estava sendo pago pela Prefeitura desde lá atrás, uma despesa também que não estava prevista, porque encaminharam a peça orçamentária para a Casa em setembro do ano passado e que a reforma tinha acontecido em novembro, então, realmente, duzentos e quarenta mil por mês dentro de um Orçamento que não estava previsto, ele fez a diferença; naquele momento a Sra. Presidente da Comissão gostaria de destacar que o Vereador Luiz Carlos de Campos também era membro da Comissão Permanente de Orçamento e Finanças e com a experiência dele sempre conseguiram fazer aquelas discussões num alto nível; a Sra. Presidente Cássia Murer Montagner perguntou, mais uma vez, se tinha alguma pergunta; houve manifestação no Plenário, e naquele momento a Sra. Elisanita disse que tinha mais uma colocação e daí a Secretária Cássia disse que até iria devolver as perguntas para as colocações finais ou se ela queria fazer uma e depois as finais? A Sra. Secretária Elisanita disse que poderia ser; a Sra. Cássia perguntou ao Presidente se estava tudo bem e ainda houve algumas manifestações no Plenário, então, naquele



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



momento, ela devolveu, entregou a palavra à Secretária Municipal de Administração e Finanças para suas explanações finais; a Sra. Elisanita Aparecida de Moraes agradeceu mais uma vez a acolhida, naquela Casa, dizendo que as portas da Secretaria de Finanças estariam sempre abertas para os Vereadores e para o pessoal que quisesse a informação e tinha um detalhe, detalhe não, era muito importante que ela se esqueceu de dizer quando o Luiz Carlos falava em questão de investimento, disse que, no próximo, ano teria mais de treze milhões de precatório e que, infelizmente, naquele ano foram seis milhões e meio, estariam pagando dia quinze de dezembro e que no próximo ano teria exatamente o dobro; então, se não fossem os precatórios por irresponsabilidade de gestões anteriores, teriam mais seis milhões e meio que fosse para estar investindo no Município; disse que, realmente, eram aquelas coisas que aconteciam ou como a Reforma da Previdência que não conseguia prever e ela diminuir a capacidade de investimento do Município; disse, ainda, que aquela gestão pautou muito na questão da transparência, na questão, realmente, do equilíbrio das contas públicas e estava lá o resultando e, graças a Deus estavam fechando as contas e que todo município deveria ser assim, era um dever, uma obrigação, realmente, seguir as leis e equilibrar o Município e, como prioridade no próximo ano era, realmente, o funcionalismo, a questão da água, a água era primordial, não sobreviviam sem ela e disse que estavam à disposição para qualquer esclarecimento, qualquer dúvida que tivesse era para procurar a Secretaria de Finanças até dia dezoito estariam lá e que nesse ano dariam uma parada também, graça a Deus; disse a Sra. Cássia, que era preciso dar uma descansada, e a Sra. Elisanita disse que era uma descansada merecida; agradeceu e desejou boa noite a todos; naquele momento, a Presidente da Comissão deixou aberta a palavra para as considerações finais; pediu a palavra o Vereador Luiz Carlos de Campos dizendo que, infelizmente, os precatórios sempre iriam existir, sempre iriam existir, futuras administrações iriam estar recebendo precatórios também; então, era uma coisa da Administração Pública mesmo, infelizmente; então a Sra. Cássia Murer Montagner agradeceu a presença da Diretora de Planejamento Orçamentário e Financeiro, a Daiane Fernanda Ferreira, que os auxiliou e que foi muito importante a presença dela; e a Daiane agradeceu a todos; a Sra. Cássia disse, ainda, que estavam encerrando, na verdade, não só mais um ano, mais estavam encerrando, na verdade, um mandato todo e que ela considerava que tiveram sucesso, foi um mandato que se relacionaram muito bem, as dúvidas foram tiradas, mas sempre dentro de uma civilidade e achava que aquilo que foi importante, disse aos Vereadores; então, ela até se despedia, naquele momento, e que, da parte dela, era a última audiência em que ela realizava lá; daí a Sra. Elisanita disse que era naquele mandato e a Sra. Cássia disse em que ela participava e a Sra. Elisanita disse que poderia ser no futuro e a Sra. Cássia disse que era verdade; desejou boa noite a todos e a todas e até a próxima, e encerrou a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada

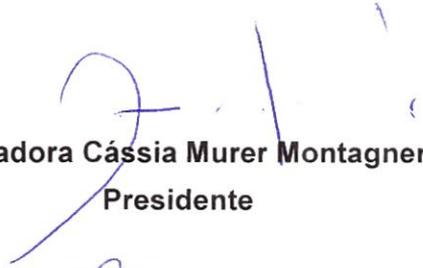


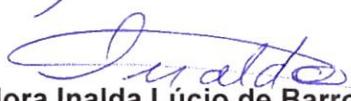
Câmara Municipal de Jaguariúna

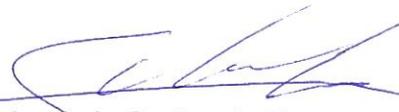
Estado de São Paulo



conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.


Vereadora Cássia Murer Montagner
Presidente


Vereadora Inalda Lúcio de Barros Santana
Vice-Presidente


Vereador Luiz Carlos de Campos
Secretário